

AUDITORIA COMO ALTERNATIVA DE IDENTIFICAÇÃO DE GERENCIAMENTO DE RESULTADOS NA MEDIC ASSISTENT – RS

¹ BARALDI, Adelita

² PEREIRA, André da Rosa

Resumo

O gerenciamento de resultados consiste na utilização dos ajustes legais com o intuito de direcionar as informações a serem divulgadas, sendo possível detectá-los por meio da auditoria contábil, como maneira de promover a transparência na divulgação dos dados econômicos e financeiros das empresas, considerando que o gerenciamento de resultados, pode ser uma prática real nas empresas, por se tratar da contabilização de diversos eventos, por alternativas distintas para um mesmo evento contábil, dentro das normas contábeis. Essas possibilidades acontecem devido à flexibilidade que as normas e os regulamentos contábeis oferecem aos profissionais da contabilidade. O presente artigo buscou evidenciar a existência do gerenciamento de resultado na Medic Assistent*, por meio de procedimentos de auditoria, utilizando a pesquisa descritiva, por meio de documentos dos demonstrativos contábeis no ano de 2010 e como resposta ao problema abordagem qualitativa. A presente empresa não evidenciou gerenciamento de resultados, estando condizente com a realidade da empresa.

PALAVRAS-CHAVE: Gerenciamento de Resultado; Auditoria Contábil; Escolhas Contábeis.

PESQUISADOR - Discente do oitavo semestre de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ/2011.

² ORIENTADOR - Docente do Curso de Ciências Contábeis da Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ/2011.

1 INTRODUÇÃO

O gerenciamento de resultados é um assunto novo na pesquisa brasileira, e gera discussões e divergência entre vários os autores, porque alguns, tratam gerenciamento de resultados contábeis e fraudes como sinônimos. A barreira que separa uma prática da outra é muito tênue, enquanto outros a distinguem esclarecendo que há diferença entre ambos (MATSUMOTO; PARREIRA, 2007).

O resultado obtido é informação contábil e como consequência direta é o processo de decisões para os agentes gestores e usuários da Medic Assistant*, a qual poderá impactar investimentos futuros. Sendo assim, é importante assegurar a qualidade das informações que irão ser publicadas, para que se conheça a realidade da organização.

Portanto, a pesquisa ocorrerá de forma descritiva, documental, estudo de caso, analisando documentos contábeis da Medic Assistant* referente ao exercício social de 2010. De posse dos dados foi aplicado testes de auditoria, verificando contas de resultado relevantes para assim constatar possíveis diferenças no resultado da cooperativa pela utilização de práticas de gerenciamento de resultados.

2 PROBLEMA E OBJETIVOS

Na contabilidade são utilizadas mais de uma expressão para um mesmo fenômeno. O gerenciamento de resultados é ainda pouco explorado nacionalmente, através de estudos são utilizadas as seguintes expressões: Gerenciamento de Lucros, Manipulação (de dados), Contabilidade Criativa e Gerenciamento de Resultados. (MATSUMOTO; PARREIRA, 2007).

A origem dessas expressões vem do termo anglo-saxônico *earnings management*, que a partir de vários autores retratam as diversas interpretações.

Conforme Santos e Grateron (2003), essa expressão vai de encontro a implicações éticas, em que “pode ser entendida como gerenciamento ou manuseio dos resultados, com a intenção de mostrar uma imagem diferente (estável, boa ou ruim) da entidade”.

Para Martinez (2001), caracteriza gerenciamento de resultados como as escolhas discricionárias facultadas ao gerente pelas normas contábeis. Conforme o uso da informação, o gestor realiza suas escolhas em razão dos incentivos que o levam a realizar um resultado distinto daquele ditado pela realidade concreta dos negócios.

Atualmente, o gerenciamento de resultados é uma situação real nas empresas, por se tratar da contabilização de diversos eventos, por alternativas distintas para um mesmo evento contábil, dentro das normas contábeis. Essas possibilidades acontecem devido a flexibilidade que as normas e os regulamentos contábeis oferecem aos profissionais da contabilidade.

No momento que a informação contábil se insere no processo de decisões, ela passa a ter importantes implicações econômicas para os diversos agentes. Podendo impactar o investimento e o consumo de toda uma economia, bem como os termos de negociação de futuros papéis a serem negociados. A escolha do “melhor” método de contabilização é inerentemente a uma decisão pontual, é através desta informação contábil que afeta vários grupos, de diversas maneiras. Sendo assim, é importante assegurar a qualidade das informações que irão ser publicadas, para que as empresas tenham os resultados mais próximos de sua realidade econômica.

Partindo desta premissa, surgiu a necessidade de se conhecer a realidade de gerenciamento na Medic Assistant* em que se levantou o seguinte questionamento: A partir dos procedimentos de auditoria urge verificar se ocorrem práticas de gerenciamento de resultados.

3 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A contabilidade como ferramenta de controle, de evidenciação dos fatos econômicos e financeiros das entidades, serve de apoio à tomada de decisão tanto aos usuários internos, quanto aos externos, à medida que gera informações contidas nos mais diversos relatórios contábeis.

É com base nos princípios e normas contábeis que as informações empresariais são divulgadas, podendo ser comparadas com os resultados de outras empresas, especialmente para fins de análise.

No processo de escrituração contábil, o responsável pela contabilidade, pode cometer erros em lançamentos, seja por desinformação sobre algum procedimento contábil, ou também por erros de digitações, entre outros, pois a contabilidade em si é uma ferramenta que está suscetível a erros.

A normatização contábil, aliada aos órgãos regulamentadores de algumas atividades econômicas, permite parâmetros de escolhas da forma de reconhecimento dos elementos patrimoniais e de resultado. Em alguns casos, acontece de maneira subjetiva, onde a escolha

da alternativa de mensuração destes elementos vai depender do entendimento de quem está aplicando as normas contábeis, de acordo com o real fato da entidade.

Estes procedimentos podem provocar a prática de gerenciamento de resultados, por se tratar de alternativas distintas para a contabilização de um mesmo evento contábil. E através desta, que as organizações, na busca de atender alguns interesses, acabam aplicando o gerenciamento de resultados contábeis.

Para a empresa o gerenciamento de resultados, a temática e a escolha contábil tem também relacionamento com o planejamento tributário. Sendo assim, a tributação tem potencial para afetar o comportamento do contribuinte em relação às decisões referentes à contabilização de eventos e transações (FIELDS ET AL. *apud* POHLMANN, 2001)

Neste sentido, a perspectiva é que as empresas escolham procedimentos contábeis que minimizem o valor dos tributos devidos a não ser que estes tributos estejam atrelados à obtenção de maior lucro. Isso se deve ao fato de que existe uma série de normas que permitem discricionariedade na escolha de critérios contábeis, enquanto outras impõem uma forma determinada de contabilização. A empresa gerenciada por gestores que exercem a discricionariedade sobre os números contábeis com a finalidade de maximizar o valor da empresa ou, aproveitando as oportunidades para aumentar o próprio ganho enquanto administradores da empresa demonstram critérios de contabilidade (FIELDS ET AL. *apud* POHLMANN, 2001).

3.1 AUDITORIA

A auditoria surgiu da necessidade de confirmar os registros contábeis baseado nos regulamentos apurados em balanços de grandes empresas e da taxaçoão do imposto de renda. A evolução da auditoria ocorreu em paralelo ao desenvolvimento econômico a qual motivou o surgimento de grandes empresas formadas por capitais de muitas pessoas e do seu patrimônio.

É uma ferramenta de gestão empresarial que todas as empresas, sejam de grande, médio e pequeno porte, utilizam para proporcionar maior segurança à empresa.

A auditoria é a técnica contábil utilizada como complemento indispensável para que a contabilidade atinja plenamente a sua finalidade.

Entretanto, a auditoria consiste em controlar as áreas-chaves nas empresas a fim de identificar e evitar situações que propiciem fraudes, desfalques e subornos, através de testes regulares nos controles internos específicos de cada organização.

A auditoria tem por objetivo principal a certificação dos registros contábeis quanto a sua veracidade, expondo os resultados a que chegou e por seqüência emitindo um relatório de auditoria ou um certificado.

As várias finalidades da auditoria atestam por si só a grandeza desta técnica, e sua profundidade atribuem a ela um caráter de grande auxílio de relatórios e documentos que requerem cuidados especiais. E estes cuidados especiais são enfocados nas descobertas de fraudes e erros na contabilidade que se tornam vícios contínuos. Sá (1998, p. 31) retrata que "no mundo atual, com a decadência dos princípios éticos tão acentuada, com a pobreza moral que domina as administrações de instituições públicas, bancos, grandes grupos empresariais, é impossível desconhecer a influência desse mal social".

Crepaldi (2007, p. 3), define auditoria como “o levantamento, estudo e avaliação sistemática das transações, procedimentos, operações, rotinas e das demonstrações financeiras de uma entidade”. Na mesma avaliação a Auditoria Contábil tem como função a manifestação de uma opinião sobre as Demonstrações Contábeis da organização. De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC T11), a Auditoria é conceituada como “o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre a sua adequação, consoante aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade”.

Conforme Crepaldi (2002, p.116), “A responsabilidade primária na prevenção de detecção de fraudes, erros e irregularidades é da administração da entidade, mediante a implementação e manutenção de adequado sistema contábil e de controle interno”. Torna-se necessário observar as normas, pois elas são estabelecidas com a finalidade de proteger. Elas devem ser definidas com cuidado a fim de cumprir com sua finalidade: orientar os praticantes da mesma.

A auditoria pode também ser preventiva e isto é bem relevante para a entidade, porque pode avaliar os procedimentos e prever os resultados. Segundo, Santos, Schmidt e Gomes (2006, p. 23), “... ela exerce suas funções preventivas, saneadoras e moralizadoras, a fim de confirmar a veracidade dos registros e a confiabilidade dos comprovantes...” com este procedimento é possível dar maior credibilidade às demonstrações financeiras, e isto é de grande importância para controlar internamente as ações contábeis e outros procedimentos elaborados pela administração.

A auditoria interna auxilia todos os membros da administração, fornecendo-lhes análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes as atividades examinadas, para que o desempenho seja efetivo nas suas funções e responsabilidades.

As responsabilidades da auditoria interna dentro da organização constituem um controle de natureza gerencial, tendo como objetivo principal alertar a administração sobre riscos, falhas, fraudes dentro dos setores.

A auditoria externa é executada por profissional independente, sem vínculo empregatício com a empresa a ser auditada. Sendo que sua intervenção é através de contrato de serviços.

É através da auditoria externa que a empresa e outros, conseguem a credibilidade das demonstrações contábeis, examinadas dentro de parâmetros de normas de auditoria e princípios contábeis. Após a auditoria realizada o auditor dará seu parecer final sobre os instrumentos analisados.

3.2 AS NOVAS NORMAS DE AUDITORIA - NBC TA 200

Esta norma trata das responsabilidades do auditor independente na condução da auditoria de demonstrações contábeis em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. A mesma expõe os objetivos gerais do auditor, explicando a natureza e o alcance da auditoria para possibilitar o cumprimento desses objetivos. É explicado o alcance, a autoridade e a estrutura das NBC TAs e inclui os requisitos aplicáveis em todas as auditorias, estabelecendo as responsabilidades gerais do auditor independente e suas obrigações em atender todas as NBC Tas (CFC – Conselho Federal de Contabilidade, 1º de janeiro de 2010).

Conforme as NBC TAs, as mesmas exigem que o auditor exerça o julgamento profissional e mantenha o ceticismo profissional ao longo de todo o planejamento e na execução da auditoria e, entre outros(CFC – Conselho Federal de Contabilidade, 1º de janeiro de 2010).

As NBC TAs possuem alguns significados atribuídos a ele, sendo um deles as Evidências de auditoria que são as informações utilizadas pelo auditor para fundamentar suas conclusões baseada a sua opinião. As evidências de auditoria incluem informações contidas nos registros contábeis subjacentes às demonstrações contábeis e outras informações (CFC – Conselho Federal de Contabilidade, 1º de janeiro de 2010).

3.3 A NBC TA 500 – EVIDÊNCIAS EM AUDITORIA

A presente Norma trata da responsabilidade do auditor na definição e execução de seus procedimentos para a obtenção de evidências apropriadas e suficientes que o permita a obter conclusões razoáveis para fundamentar sua opinião. Esta Norma define o que constitui evidência de auditoria na auditoria de demonstrações contábeis (CFC – Conselho Federal de Contabilidade, 1º de janeiro de 2010).

A evidência de auditoria é necessária para fundamentar a opinião e o relatório do auditor. Evidências de auditoria são de natureza cumulativa e é obtida principalmente a partir dos procedimentos de auditoria realizados durante a execução do trabalho do auditor. Podem ser incluídas também informações obtidas de outras fontes, como auditorias anteriores ou de um especialista da administração (CFC – Conselho Federal de Contabilidade, 1º de janeiro de 2010).

O auditor para formar sua opinião consiste na obtenção e avaliação da evidência de auditoria, sendo este a maior parte de seu trabalho. Para obter evidências os procedimentos de auditoria podem incluir a inspeção, observação, confirmação, recálculo, reexecução e procedimentos analíticos, muitas vezes em combinação, além da indagação, sendo que a indagação sozinha geralmente não fornece evidência de auditoria suficiente da ausência de distorção relevante no nível da afirmação nem da eficácia operacional dos controles (CFC – Conselho Federal de Contabilidade, 1º de janeiro de 2010).

Conforme a Norma diz que “a evidência de auditoria para a obtenção de conclusões para fundamentar a opinião do auditor é conseguida pela execução de: (a) procedimentos de avaliação de riscos; e (b) procedimentos adicionais de auditoria, que abrangem: (i) testes de controles, quando exigidos pelas normas de auditoria ou quando o auditor assim escolheu; e (ii) procedimentos substantivos, inclusive testes de detalhes e procedimentos analíticos substantivos” (CFC – Conselho Federal de Contabilidade, 1º de janeiro de 2010).

O auditor obterá segurança razoável quando obtiver evidência de auditoria apropriada e suficiente para a redução do risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo.

3.4 GERENCIAMENTO DE RESULTADOS

O gerenciamento de resultados vem de encontro as necessidade dos gestores, no qual o resultado divulgado pode ser observado de forma divergente do real e com retornos sempre

desejáveis pelo investidor. Essa idéia é constatada na afirmação de Decourt, Martinewski e Pietro Neto (2007):

O gerenciamento destes resultados consiste na utilização dos ajustes legais com o intuito de direcionar as informações a serem divulgadas, conforme os interesses dos administradores, aumentando ou diminuindo os resultados obtidos de algumas contas nas demonstrações financeiras.

Martinez (2001) ressalta que nas operações das empresas se espera que sejam feitos lançamentos que terão a natureza de acumulações. Isso ocorre em funções do princípio de competência. A natureza do negócio, estimativas e avaliações são os pontos que refletem no volume de acumulações que geram os resultados na empresa.

Ainda segundo Martinez (2001), o registro de acumulações tem o intuito de mensurar os lucros no sentido econômico com a finalidade de acréscimo efetivo no aumento patrimonial da unidade econômica.

Comprovar o gerenciamento de resultados praticado por empresas brasileiras instiga a necessidade de avaliar a qualidade da informação contábil e trazê-la como uma possível evidência em diferentes setores econômicos.

Entretanto Martinez (2001, p. 13) afirma que:

É crucial entender que “gerenciamento” dos resultados contábeis, não é fraude contábil. Ou seja, opera-se dentro dos limites do que prescreve a legislação contábil, entretanto no ponto em que as normas contábeis facultam certa discricionariedade para o gerente, este realiza suas escolhas não em função do que dita a realidade concreta dos negócios, mas em função de outros incentivos que o levam a desejar reportar um resultado distinto.

As fraudes podem acontecer pela falsificação, alteração de registros em documentos. Estas fraudes podem ser oriundas da omissão de registros contábeis ou alteração nos valores na hora de documentá-los, bem como registrando transações sem comprovante, bem como por práticas contábeis indevidas.

O que motiva a fraude, segundo Medeiros, Sergio e Botelho (2011, p. 2) “é a intenção de lesão dos interesses alheios, resultando falsas situações de contas e lucros líquidos alterados, erros na classificação de receitas e despesas, omissão de dinheiro e outros atos falsos com intenção criminosa”. A fraude em contabilidade existe quando a contabilidade é usada para representar fatos que não existem, ou não são verdadeiros, tendo como propósito de ajudar alguém.

O “gerenciamento” dos resultados contábeis não decorre exclusivamente do “manejo” formal das contas de resultado, podendo proceder de decisões e atos concretos,

implicando no fluxo de caixa da empresa. A título ilustrativo segue um quadro apresentando as diferenças entre fraude contábil e gerenciamento de resultados contábeis.

Decisões contábeis “Puras”	Decisões com impacto no fluxo de caixa
“Gerenciamento” dos resultados contábeis	
De acordo com as Normas/Princípios Contábeis Contabilidade “Conservadora” a) Reconhecimento muito elevado de provisões; b) Aceleração das despesas de depreciação; c) Reconhecimento de receitas apenas quando da cobrança. Contabilidade “Agressiva” a) Evitar ou reduzir o reconhecimento de provisões; b) Reduzir as cotas de depreciação e amortização. c) Reconhecimento de receitas durante a produção.	Práticas Aceitáveis Visando Reduzir Fluxo de Caixa Líquido a) Retardar vendas b) Acelerar gastos associados a propaganda e publicidade, treinamento e P&D. c) Aumentar Despesas de natureza não-operacional (Banquetes, Bingos, Doações) Visando Aumentar Fluxo de Caixa Líquido a) Antecipar ou acelerar as vendas; b) Adiar a realização de despesas necessárias de propaganda & publicidade, treinamento ou P&D; c) Aumentar Receitas não-operacionais pela venda de Ativos da empresa.
Contabilidade Fraudulenta e Práticas Inaceitáveis	
Que violam as Normas/Princípios Contábeis a) Registrar vendas fictícias; b) Antecipar (documentalmente) a data de realização das vendas; c) Superestimar o estoque pelo registro de inventário fictício.	Práticas Inaceitáveis a) Receber e não efetuar a entrega do produto; b) Não cumprir com os compromissos financeiros; c) Não pagar tributos lançados.

Quadro 2 – “Gerenciamento” dos Res. Contábeis VS Contab. Fraudulenta/ Práticas impróprias.
Fonte: MARTINEZ , 2001, p.14 .

A partir do **quadro 2**, verifica-se que entre as escolhas contábeis é possível estabelecer hierarquias. Sendo que existem aquelas que são fraudulentas e as que possuem modalidades de posturas contábeis diferentes. Verificou-se ainda que no campo de atos concretos, podem-se ter diferentes situações, tais como as que são aceitáveis e até mesmo as inaceitáveis (ilegais).

Já o erro é resultado de atos involuntários de omissão, falta de atenção ou de conhecimento, bem como a má interpretação de fatos quando elaborados os registros e demonstrações contábeis, bem como as transações monetárias ou físicas que envolvem a Entidade.

Toda a entidade tem suas organizações e esquemas que direcionam as ações em busca de resultados. O esquema a seguir reflete as modalidades de gerenciamento de resultados.

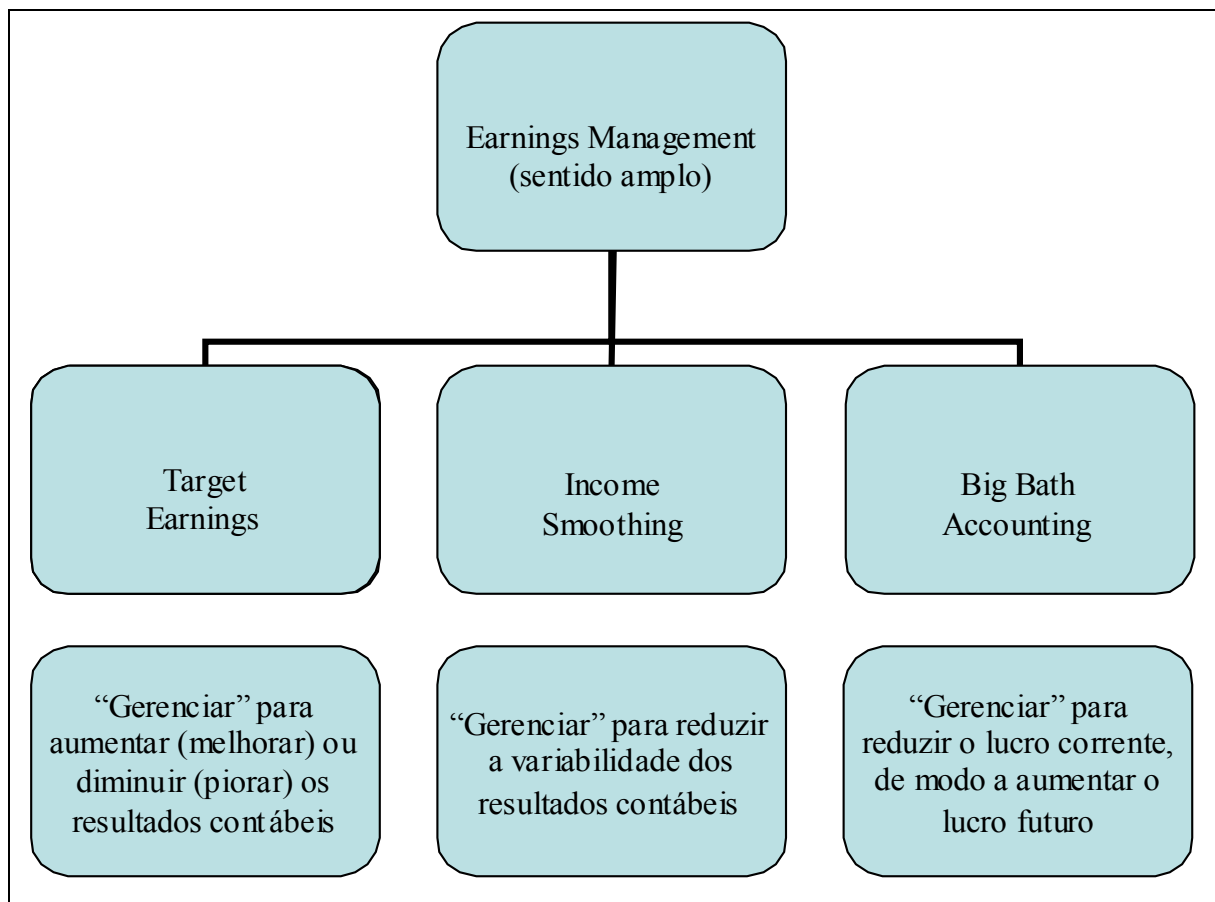


Figura 2: Esquema das Modalidades de Gerenciamento de Resultados
Fonte: Martinez (2001, p. 43).

De acordo com as modalidades acima citadas destacamos que *Target Earnings* - incentiva o “gerenciamento” para oscilar os resultados em busca de melhores ou piores resultados para atingir um resultado meta; *Income Smoothing* – incentiva o gerenciamento para manter os resultados constantes, sem oscilações e o *Big Bath Accounting* - “gerenciamento” de resultados contábeis para postergar os lucros correntes presentes para lucros correntes futuros, ou seja, pioram os resultados atuais, mas com o intuito de melhorar os lucros futuros.

Quando a análise é feita através de Acumulações Discricionárias (AD), Martinez (2001 p. 43) enfatiza que:

E possível definir-se também um padrão de comportamento, de acordo com a variabilidade das mesmas. Registre-se, entretanto, que a valor a ser assumido pela AD tem sempre um limite que dependerá de cada empresa em particular. Ou seja, por mais que se possa “manejar” o resultado num sentido desejado sempre se encontrará uma restrição nas próprias contas contábeis.

De acordo com a citação acima, o valor apresentado pode ser manipulado ou manejado pelos agentes internos conforme os interesses particulares ou da empresa. Ao se fazer a análise dos dados sempre se encontrará restrição nas próprias contas contábeis. A existência de motivação para realizar a manipulação pode estar em interesses pessoais para se obter benefícios diretos. Pode ser ainda para melhorar a imagem no mercado financeiro ou ainda para isenção e redução de tributação. Isto de acordo com Santos e Grateron (2003) *apud* MATSUMOTO; PARREIRA (2007), p. 6:

Pesquisas empíricas realizadas em países chamados “do primeiro mundo” destacam que, dentro das principais motivações para a manipulação contábil, os incentivos econômicos, tanto para os gestores como para as próprias empresas, são os mais frequentes impulsionadores da contabilidade criativa. Entre os incentivos mais comuns podem-se mencionar os seguintes exemplos:

- Obtenção de benefícios diretos sobre os resultados alcançados, margens das vendas, participação no mercado;
- Obtenção de concessões, bonificações e prêmios extras;
- Melhoria da imagem para inclusão no mercado financeiro (bolsas de valores e financiamentos externos);
- Obtenção ou manutenção de subvenções para a indústria, ramo de atividade ou setor;
- Alcançar medidas de proteção das agências governamentais e organismos internacionais de financiamento;
- Obtenção de benefícios fiscais através da isenção e redução das bases de tributação;
- Controle de dividendos; e
- Estratégias competitivas e de mercado, além de outras não menos importantes.

Quanto à motivação, pelo que foi observado, o gerenciamento de resultados pode ter como objetivos a minimização de custo políticos, a maximização da riqueza dos gestores ou a minimização do custo de capital.

Através da literatura sobre “gerenciamento” dos resultados contábeis (*earnings management*), é possível explorar os efeitos da regulamentação sobre as firmas e os aspectos vinculados a custos políticos. Um exemplo que a literatura comprova é quando as firmas possuem lucros muito elevados ou acima da média de outros setores as mesmas gerenciam

seus resultados, com o propósito de evitar desgaste ou inveja de outros setores, podendo alegar práticas de cartel ou monopólio.

Um dos fatores que motivam gestores internos ou pessoas individuais para manipulação de dados contábeis pode ser o aprimorar as estratégias competitivas no mercado, visando alcançar a proteção governamental, pois quem tem melhores condições contábeis tem facilidade para alcançar benefícios como financiamentos, empréstimos para a empresa e ou particular.

Gestores das empresas têm a incumbência de fazer escolhas contábeis que serão usadas.

3.5 ESCOLHAS CONTÁBEIS

Escolhas contábeis são práticas realizadas pelos administradores e que têm bases na Teoria Contratual da Firma. As partes interessadas na empresa como acionistas, administradores, credores, fornecedores, clientes, governo e outros, fazem parte de um conjunto de contratos, explícitos (formais) ou implícitos. Neste contexto cada participante contribui de alguma forma com a firma e recebe em troca uma contrapartida (SUNDER *apud* SILVA e MENEZES, 1997, p.5).

Os contratos originam custos contratuais para a empresa, de acordo com Watts e Zimmerman *apud* Silva (1990, p. 134), os custos contratuais consistem em:

- a) Custos de transação (ex.: custos de avaliar, negociar e escrever os contratos, incluindo as taxas de negociação);
- b) Custos de agência (ex.: custos associados à captação de recursos);
- c) Custos de informação (ex.: custos de se manter informado a respeito do desempenho dos contratos);
- d) Custos de renegociação (custos para reescrever os contratos existentes); e
- e) Custos de falência (ex.: custos da implementação e administração da falência).

Conforme Watts & Zimmerman *apud* Martinez (2001), as escolhas contábeis podem ser explicadas por aspectos contratuais, sendo uma delas entre os acionistas e os credores. É de conhecimento geral que os contratos de financiamento/endividamento são estruturados de modo a fazer com que os interesses dos acionistas sejam alinhados como os interesses dos credores, ou seja, em termos técnicos, a empresa quando se endivida traz para si algumas restrições, que serão tanto maiores quanto pior for o seu desempenho financeiro.

O que se percebe é que os contratos prevêm custos e estes precisam ser avaliados com a finalidade de ser retomar ou redirecionar as ações que não contemplem com resultados

esperados. Visto que administradores e acionistas/sócios nem sempre tem os mesmos objetivos. Pois administradores podem agir em função de seus interesses pessoais, quando procuram maximizar seu bem-estar e os acionistas desejam o bem-estar da empresa, então torna-se necessário mecanismos que diminuam os conflitos de interesses existentes.

Sunder *apud* Silva (1997, p.5) diz que conforme a Teoria Contratual da Firma a contabilidade é vista como um sistema usando para implementar contratos ou um sistema de prestação de contas. Nesta perspectiva nos contratos determinam direitos e obrigações das partes que compõem a empresa. Na presença de custos contratuais de acordo com Holthausen e Leftwich *apud* Silva (1983, p. 82), conseqüências econômicas são oriundas das mudanças nas regras utilizadas para apurar números contábeis, pois alteram a distribuição do fluxo de caixa esperado da empresa ou causam impacto nos benefícios aos componentes que fazem parte da empresa como acionistas, governo, credores, etc... Desta forma as alterações de práticas contábeis afetam de formas diferentes os componentes da empresa e sendo assim podem gerar conflitos.

As escolhas contábeis podem ser utilizadas para influenciar um ou mais contratos da firma. Neste sentido, compete aos administradores fazer escolhas contábeis na perspectiva de múltiplos objetivos. Para a explicação das escolhas práticas contábeis Watts e Zimmerman *apud* Silva (1986) dá sugestões de duas hipóteses adicionais: (a) Hipótese do plano de remuneração dos administradores, (b) Hipótese dos custos políticos. O mesmo autor sugere um relacionamento implícito, onde não existe contrato formal entre as partes, e entre a intervenção governamental- custos políticos- e os números contábeis da empresa.

No entanto, a teoria contratual da firma, as escolhas de práticas contábeis podem ser analisadas sob duas abordagens: Abordagem da Eficiência Contratual e a Abordagem Oportunista. As escolhas contábeis envolvem decisões de investimento, produção, estrutura de capital, compensação e controle que maximizam a empresa. Watts e Zimmerman *apud* Silva (1986) dizem que ao surgir um problema contratual a solução para resolvê-lo é a seleção de políticas contábeis. Há de considerar que indivíduos podem agir em seu próprio interesse mesmo em relação às escolhas contábeis, para tanto é que são desenvolvidos os contratos (*ex-ante*) para aliviar problemas associados com os alinhamentos de incentivos *ex-post*.

As escolhas de práticas contábeis *ex-ante* ocorrem no momento da negociação do contrato. Neste momento podem ser incluídas cláusulas contábeis para as possíveis ocorrências dentro de conjunto de métodos a serem aplicados. O que é difícil e impossível de prescrever é como os administradores farão à interpretação dos métodos.

Após as escolhas contábeis *ex post* serem realizadas e após a formalização dos contratos elas são classificadas como oportunistas, isto mesmo que aconteçam dentro os prazos estipulados nos contratos.

Há também as escolhas de práticas contábeis voluntárias e estas são analisadas por Holthausen e Leftwich *apud* Silva (1983, p. 94), e elas incluem:

- (a) métodos de depreciação (depreciação acelerada *versus* linha reta);
- (b) tratamento dos juros (capitalizar ou despesa);
- (c) avaliação de estoques (PEPS ou UEPS/Média Ponderada);
- (d) tratamento dos créditos fiscais diferidos (diferimento ou não);
- (e) custos de exploração de óleo e gás (*full cost versus successful efforts*);
- (f) obrigações atuariais não cobertas (prazo de amortização);
- (g) leasing (capitalização e não capitalização);
- (h) método de conversão das demonstrações contábeis (corrente ou temporal).

Todas estas escolhas são pertinentes a ação dos administradores para a emissão de relatórios e comprovação de resultados. Também é argumentado pelos estudiosos acima mencionados que a escolhas de métodos múltiplos ocorrem para se chegar a um ou mais objetivos. Todas as escolhas contábeis são dirigidas pelos administradores, que por sua vez tem seus objetivos e os da empresa a serem alcançados. (SILVA, 2011)

A temática das escolhas contábeis abrange uma gama mais ampla de questões, dentre as quais podemos considerar o gerenciamento de resultados, tendo ganhado corpo como uma área autônoma de pesquisa acadêmica, especialmente nos EUA. De certa forma, podemos afirmar que a literatura das escolhas contábeis contém o suporte teórico para explicar a existência do gerenciamento de resultados e prever quando e de que forma ele ocorrerá. (POHLMANN, 2010).

As escolhas contábeis envolvem critérios de mensuração, o momento do registro contábil (*timing*), bem como a forma e detalhamento das demonstrações contábeis publicadas. Essa definição é ampla o bastante para incluir atividades de *lobbying* junto a entidades emissoras de normas contábeis no sentido de aprovação de uma lei ou resolução, bem como decisões de estruturação de negócios, de produção, de investimento e de financiamento com o intuito de obter um determinado efeito sobre os números contábeis. (POHLMANN, 2010).

4 METODOLOGIA

Caracterizando o método de pesquisa adotado, pode-se dizer que esta é uma pesquisa aplicada, que através de procedimentos de auditoria irá analisar documentos e relatórios contábeis da empresa, para a verificação da existência do gerenciamento de resultados.

É descritiva, pois descreveu os procedimentos encontrados quanto a existência da prática de gerenciamento de resultado, objeto de estudo, por meio da coleta e análise dos dados a ocorrência ou não de práticas de gerenciamento de resultados na Medic Assistant*.

Caracterizada como Documental, pois os dados foram coletados por meio dos relatórios contábeis da Medic Assistant* tais como: balancetes mensais, demonstração do resultado que servirão de base para a realização da etapa de coleta dos dados, aliada aos procedimentos de auditoria.

Pesquisa *ex-post-facto* devido aos fatos contábeis já terem ocorrido, isto é, a análise se baseará em informações já divulgadas e apresentadas aos conselhos da cooperativa. Da mesma forma, será um estudo de caso porque abordará um caso específico sobre a utilização ou não de gerenciamento de resultados na cooperativa Medic Assistant*.

Através de dados coletados a partir dos demonstrativos contábeis e outros documentos afins, do ano de 2010, procedeu a análise das contas no razão contábil, através do plano de trabalho de auditoria, para auxiliar na identificação da existência ou não de gerenciamento de resultados.

Através de técnicas utilizadas, a pesquisa qualitativa se qualifica melhor ao estudo, pois está mais preocupada em entender aspectos da auditoria, descrevendo possível prática de gerenciamento de resultados.

Após a pesquisadora ter em mãos os dados coletados, realizou-se a análise e interpretação das informações.

O processo de planificação e contabilização dos fatos administrativos da cooperativa serão inicialmente descritos, para na sequência dar início ao trabalho de auditoria.

A partir de um plano de procedimentos de auditoria, o interesse consistirá em analisar basicamente as contas de resultado. No entanto, caso se identifique alguma prática de gerenciamento de resultados, as contas patrimoniais também serão passíveis de análise.

5 ANALISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Nessa seção serão apresentados os resultados obtidos para responder a pesquisa. A pesquisa foi realizada tendo como base uma amostra, sendo que a mesma tornou-se

significativa devido aos valores relacionados à ela. Foram gerados arquivos e selecionadas as contas significativas para assim ser analisados por meio de testes de auditoria.

Além de responder aos questionamentos, foram analisados se os valores estavam condizentes com os contratos, se os mesmos tiveram reajustes e se todos os itens que compõe as contas estavam de acordo com o contrato, caso não pertencesse a devida conta se o mesmo glosava o devido item.

Com base nos relatórios auxiliares de composição das contas de resultado e demonstrativos analíticos de pagamento dos prestadores, foram selecionadas dez contas médico-hospitalares de eventos de prestadores pessoa físicas e cinco contas médico-hospitalar de prestadores pessoa jurídica, sobre os quais foram aplicados os seguintes testes: a) se os eventos a liquidar dos prestadores estão suportados por documento fiscal; b) se os eventos foram contabilizados na data de apresentação pelos prestadores; c) se os eventos foram reconhecidos pelo valor total cobrado dos prestadores e d) se a escrituração destes eventos esta de acordo com a codificação e descrição do plano de contas padrão.

A partir dos testes físicos efetuados conforme amostragem descrita foi possível concluir adequação em todos os itens selecionados.

Fundamentado nos relatórios de pagamentos dos eventos, foram selecionados dez contas médico-hospitalar de eventos de prestadores pessoa jurídica e cinco contas médico-hospitalar de prestadores pessoa física, para fins de realização dos seguintes testes físicos: a) se os pagamentos referem-se ao serviço prestado para beneficiário do plano; b) se os eventos que originaram os pagamentos haviam sido contabilizados na conta correta na data de apresentação; c) se os eventos foram reconhecidos pelo valor total cobrado dos prestadores.

Baseado nos testes físicos efetuados conforme amostragem descrita acima foi possível concluir adequação em todos os itens selecionados.

A partir dos relatórios gerenciais analíticos das contas a receber, foram selecionadas cinco contraprestações a receber de contratos empresariais e vinte contraprestações a receber de contratos individuais, sendo aplicados procedimentos para responder os seguintes questionamentos: a) as contraprestações/prêmios a receber estão suportadas por nota fiscal, faturas e/ou boletos de cobranças que representam os valores a receber de beneficiários; b) as contraprestações/prêmios a receber estão escrituradas contabilmente em função da modalidade de pagamento contratada com o beneficiário, a preço preestabelecido e a preço pós-estabelecido.

Os procedimentos efetuados apresentam resultados satisfatórios em todos os itens abordados, revelando situação de normalidade.

Através de um relatório gerado do sistema da empresa com base no ano de 2010, selecionaram-se algumas notas para verificar se as mesmas estavam condizentes com a realidade. A seleção ocorreu, primeiramente, a partir de notas de maior valor, seguido pelos valores medianos, já que sendo mudado algum item da nota, isso implicaria na mudança do resultado, pois as mesmas encontram-se atrelada com o custo e receita da empresa

Com base nos testes físicos efetuados conforme amostragem descrita acima, foi possível concluir adequação em todos os itens selecionados, nos quais foram verificados que a nota fiscal selecionada estava implantada na data da apresentação, e que o valor era condizente com o que estava escrito. No caso de haver algum item na nota fiscal que não estivesse condizente, o mesmo é glosado.

Referente às notas apresentadas pelos prestadores, constatou-se que houve adequação quanto à amostragem referente aos valores lançados. Julgando que o valor do contrato não era condizente, o mesmo era devolvido ao prestador com a justificativa em anexo.

Os contratos de pessoa física e jurídica foram avaliados, a fim de verificar se as mensalidades estavam de acordo com os contratos, e se os mesmos estavam harmônicos com as faixas etárias exigidas. Os exames também foram analisados, bem como as suas autorizações; baseando-se nos contratos e cobertura para que a autorização seja positiva. No caso da empresa alterar algum valor/data ou qualquer item de uma nota ou contrato, o mesmo poderá afetar o seu resultado, podendo variar em torno de até 30% do seu resultado, mediante a esta realidade é necessário que haja lisura no que foi previamente acordado.

Perante o que já foi citado, houve a necessidade de analisar se as notas foram lançadas nas contas contábeis que a empresa possui e contrário a esse procedimento, haveria necessidade de fazer os devidos ajustes, o que não foi preciso, já que a empresa mostrou-se idônea aos procedimentos contábeis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comprovar o gerenciamento de resultados praticado nas empresas instiga a necessidade de avaliar a qualidade da informação contábil e trazê-la como uma possível evidência em diferentes setores econômicos.

Através da omissão de registros contábeis ou alteração nos valores na hora de documentá-los, bem como registrando transações sem comprovante, ou, sobretudo por encontrar refugio na flexibilidade das normas contábeis, que permitem alternativas distintas

para a contabilização de um mesmo evento contábil, as mesmas influenciam o resultado da empresa.

O presente trabalho pesquisado proporcionou uma ampliação do conhecimento teórico de auditorias como uma ferramenta para o gerenciamento de resultados em uma empresa. Sendo este uma das ferramentas de grande valia para a identificação de gerenciamento de resultados.

Concluiu-se que a presente empresa através dos procedimentos de auditoria aplicada, não gerencia seus resultados, estando condizentes dentro dos princípios e normas contábeis. Sendo que as informações geradas por essa empresa creditam confiança e clareza, podendo ser utilizadas nas tomadas de decisões por diversos gestores.

REFERÊNCIAS

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil** – Teoria e Prática. 4ª edição. São Paulo. Editora Atlas S. A. 2007.

DECOURT, Roberto Froto; MARTINEWSKI, André Luis; PIETRO NETO, José de. **Existe gerenciamento de resultado nas empresas com ações negociadas na Bovespa?**, USP, São Paulo: 2007.

MARTINEZ, Antonio Lopo. **Detectando earnings management no Brasil: estimando acumulações discricionárias**, USP, São Paulo: 2007.

MARTINEZ, Antonio Lopo. **Gerenciamento dos resultados contábeis**: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. 2001. 153 fls. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis), Departamento de Contabilidade e Atuária da Faculdade de Economia, Administração, e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MATSUMOTO, Alberto Shiguero; PEREIRA, Enélias Medeiros. **Gerenciamento de resultados contábeis: causas e conseqüências**, USP, São Paulo: 2007

MEDEIROS, Andressa Kely & SERGIO, Lucicleia de Moura, BOTELHO, Ducineli Régis. **A Importância da Auditoria e Perícia para o Combate a Fraudes e Erros na Contabilidade da Empresas**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2011. Disponível em:< <http://ojpeao.blogs.sapo.mz/19368.html>>. Acesso em: 30 mai. 2011.

POHLMANN, Marcelo Coletto. **Gestão de Tributos e Planejamento Tributário Estratégico. Gestão Tributária Interdisciplinar**. PUC-RS, 2010.

SÁ, A. Lopes de. **Curso de Auditoria**. 8ª edição. São Paulo. Editora Atlas S. A. 1998.

SANTOS, Ariovaldo dos; GRATERON, Ivan Ricardo Guevera. Contabilidade criativa e responsabilidade dos auditores. **Revista Contabilidade & Finanças**, USP, São Paulo, n. 32, p. 7-22, mai/ago.2003.

SANTOS, J. L dos; SCHMIDT, P; GOMES J. M.M. **Fundamentos de Auditoria**. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Edno; MENEZES, Estera. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Florianópolis, 2000.

SILVA, Adolfo H. C.. **Escolhas de Práticas Contábeis no Brasil: Uma Análise Sob a Ótica dos Incentivos Contratuais da Firma**. Rio de Janeiro, 2011.